A conversação cívica sobre o Bolsa Família: contribuições para a construção da cidadania e da autonomia política de mulheres pobres

Ângela Cristina Salgueiro Marques[1]

RESUMO: O objetivo deste artigo é refletir acerca da construção da cidadania e da autonomia política de mulheres pobres e beneficiárias do programa Bolsa Família. Tal programa procura encorajar os municípios brasileiros a investir em contextos cívicos de comunicação informal, orientação e realização de cursos. Em espaços municipais mantidos pela Assistência Social, as beneficiárias elaboram intersubjetivamente capacidades expressivas, críticas e autônomas indispensáveis à construção de sua cidadania. Nas conversações cívicas e públicas aí estabelecidas, elas fazem uso de diferentes discursos públicos e privados para expressarem seus pontos de vista, reformulando os enquadramentos fornecidos pela elite política e pela mídia. Contudo, a persistência de códigos simbólicos que desvalorizam essas mulheres dificulta o alcance do *status* moral necessário à sua participação autônoma em instâncias formais de debate. A análise de algumas dessas conversações foi realizada por meio da constituição de grupos de discussão em duas cidades brasileiras: Campinas (SP) e Belo Horizonte (MG).

PALAVRAS-CHAVE: conversação cívica, cidadania, autonomia, mulheres pobres, Programa Bolsa Família.

ABSTRACT: *This work discusses the constitution processes of citizenship and political autonomy among poor women beneficiated by the Bolsa Família cash transfer program in Brazil. Such program stimulates city governments to drive part of their budget into providing and maintaining spaces of informal everyday talk, mutual orientation and workshops. Through these local spaces supported by Social Assistance beneficiaries intersubjectively construct expressive, critical and autonomous capacities that are crucial to build up their citizenship. In these civic and public conversations beneficiaries make use of different public and private discourses, reformulating the frames provided by media and political elites. However the persistence of devaluating symbolic codes tends to inhibit the reach of the moral status required to an autonomous participation in formal instances of political debate. In order to analyze some of these conversations we made discussion groups in two Brazilian cities: Campinas (SP) and Belo Horizonte (MG).*

KEYWORDS: *civic conversation, citizenship, autonomy, poor women, Programa Bolsa Família*.

[1] Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais e professora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero em São Paulo. E-mail: angelasalgueiro@gmail.com.

Introdução

A questão do combate à fome e à pobreza no contexto brasileiro tem suscitado, ao longo do tempo, consensos e dissensos sobre muitos termos do debate. Grande parte dos conflitos no âmbito das políticas sociais brasileiras na década de 1990 estruturou-se em torno da oposição entre práticas assistencialistas e práticas sociais destinadas a promover a emancipação dos pobres. Tal confronto reflete o investimento feito por setores da sociedade civil para desestabilizar a noção, hegemonicamente instituída, de que o lugar destinado aos pobres é aquele marcado pela ausência de direitos, pelo paternalismo e pela subcidadania (TELLES, 1999).

No entanto, as políticas sociais destinadas a combater a fome e a pobreza raramente consideram que o enfrentamento da carência material dos indivíduos está ligado a um concomitante investimento em sua autonomia individual e política. O entendimento do pobre como "carente" dificulta o reconhecimento de seu *status* como "cidadão portador de direitos" que, como tal, deveria tomar parte nos processos de deliberação pública destinados a elaborar as políticas e normas às quais ele se submete. Frequentemente, programas de transferência de renda postos em prática pelo governo demonstram mais uma preocupação distributiva, deixando de lado possíveis investimentos nas capacidades particulares das pessoas pobres, restringindo-lhes as oportunidades de participação política e estreitando seu campo de escolhas.

Nesse sentido, a discussão suscitada pelo Programa Bolsa Família insere-se em um quadro histórico de tentativas empreendidas pelo governo e pela sociedade civil para combater a fome e a pobreza no Brasil. Esse programa reúne um conjunto de políticas sociais voltadas para o auxílio às famílias brasileiras pobres e em situação de extrema miséria. O programa é tido pelos representantes do governo como algo que contraria o traço assistencialista marcante da cultura política brasileira. O argumento por eles sustentado baseia-se no fato de que, diferentemente dos programas sociais de governos anteriores, o Bolsa Família colocaria em primeiro plano um discurso que busca a independência e a autonomia das famílias beneficiadas, procurando oferecer, além da transferência condicionada de uma renda mensal, cursos profissionalizantes, de alfabetização, incentivo à agricultura familiar, à formação de cooperativas etc. Além disso, os representantes do governo apontam que o investimento em medidas emergenciais e estruturais tornaria tais famílias capazes de

garantir os próprios meios e escolhas de como planejar, de modo independente, alternativas de resposta adequadas às suas necessidades.

O programa Bolsa Família coloca em pauta uma problemática frequentemente apontada na teoria democrática que é a tensão existente entre a cidadania, os direitos sociais e o assistencialismo (OLSON, 1998). No que se refere à dificuldade que os pobres encontram para serem reconhecidos como cidadãos autônomos, é preciso destacar que o status moral a eles atribuído desconsidera parâmetros de igualdade e paridade. Como assinalam Vera Telles (1999) e Jessé Souza (2006), ao pobre é destinado o lugar da subcidadania, da invisibilidade e da desvalorização simbólica. Sem o devido respeito necessário à sua própria valorização, os pobres tendem a ser imobilizados pela necessidade de assumirem-se "incapazes" de elaborar, autonomamente, alternativas de solução para seus problemas.

A exclusão e as condições opressoras sob as quais vivem fazem com que suas demandas e seus anseios tendam a permanecer atados a seus próprios contextos de conversação e vivência rotineiros, não raro localizados às margens de processos participativos ou deliberativos mais amplos. Todavia, partimos do princípio de que a construção coletiva de necessidades e demandas nos âmbitos sociais informais, e mesmo privados, apresenta um importante papel na constituição da cidadania das pessoas pobres. A nosso ver, as conversações cívicas estabelecidas em âmbitos informais do cotidiano podem auxiliar essas pessoas a compreender melhor os dilemas impostos pela situação na qual se encontram. A troca de pontos de vista em espaços de encontro do cotidiano faz com que exercitem capacidades reflexivas e expressivas de modo a chegar a um entendimento mútuo sobre um problema que as atinge diretamente.

Por meio da exposição de problemas, da objetificação de necessidades reais, da busca por soluções alternativas a discriminações e preconceitos de gênero e classe, pode-se questionar o estereótipo do "pobre-carente", de modo a alterar representações que não revelam as pessoas pobres enquanto indivíduos moralmente capazes de formular e defender publicamente seus próprios pontos de vista (SCHERER-WARREN, 2003; MARQUES e MAIA, 2007). Assim, nos espaços relacionais do cotidiano, a conversação cívica em face da face desempenha um papel central, sobretudo no que se refere à constituição e ao desenvolvimento das capacidades argumentativas e reflexivas dos cidadãos (HABERMAS, 1997; BOHMAN, 1997).

Neste trabalho, procuramos evidenciar a importância das conversações realizadas nas margens do sistema político para o desenvolvimento de atitudes democráticas e cívicas junto a mulheres pobres. A investigação dos modos como cidadãos em situação de pobreza tomam a palavra em espaços institucionalizados pode nos apontar caminhos práticos para a redução de desigualdades políticas e simbólicas. Tal redução não se faz a curto prazo, mas depende de um lento processo de mudanças que envolve não só a aquisição de capacidades expressivas e críticas por parte dos cidadãos desfavorecidos, mas também uma mudança dos quadros de valores que sustentam o julgamento moral de toda a sociedade. Afinal, uma paridade maior de direitos e de participação cívica entre os cidadãos requer também uma reavaliação dos elementos que nos fazem afirmar que um indivíduo é moralmente autônomo, digno de respeito e de estima social (HONNETH, 2001).

Assim, a participação cívica – e, junto dela, a construção da cidadania – devem ser percebidas, em primeiro lugar, como processos comunicativos e públicos que permitem aos indivíduos oportunidades de formular, de expressar e de defender seus argumentos diante dos outros, a fim de construir sua autonomia e de conquistar o reconhecimento social (BOHMAN, 1997; FRASER, 1989).

Como a participação cívica de mulheres pobres pode ser estimulada por meio de um programa social desenhado pelo governo? Esta é uma questão que precisa ser explorada por vários ângulos. Em primeiro lugar, deve-se sempre ter em mente que a participação das mulheres na vida pública tem de enfrentar concepções institucionalizadas (e muitas vezes perpetuadas pelas políticas assistenciais) do papel da mulher na sociedade. Assim, tratar da cidadania das mulheres significa abordar um processo desigual e complexo de participação na esfera pública. As mulheres são frequentemente relegadas ao espaço privado de relativa proteção e solidariedade (SCHEIN, 1995; HERBST, 1996), o que faz com que suas ideias, opiniões e demandas encontrem inúmeros obstáculos para serem consideradas em esferas públicas mais amplas de debate (AVRITZER e COSTA, 2006; DAGNINO, 2004; LÜCHMANN, 2007). Além disso, políticas de proteção social tendem a perpetuar valores institucionalizados que reafirmam um *status* subalterno a essas mulheres, as quais raramente são vistas como sujeitos de direitos, mas sim como objetos de ações localizadas.

Em segundo lugar, ainda que o Estado estimule uma participação maior das mulheres pobres, ela não se estabelece instantaneamente. Mulheres pobres geralmente possuem trajetórias de vida marcadas por lacunas educacionais, cognitivas, expressivas e autônomas.

Se a participação cívica envolve as habilidades de estabelecer relações dialógicas, de se expressar e se defender diante do outro por meio de argumentos, de articular suas próprias necessidades, interesses e valores reflexivamente, como o Estado pode garantir condições e oportunidades para o desenvolvimento de tais habilidades?

Tal indagação nos motivou a escolher mulheres pobres que também fossem beneficiárias de programas de transferência de renda, por sabermos que grande parte delas frequenta, com grande assiduidade, os contextos cívicos e comunicativos que integram as redes de assistência social. O fato de elas se implicarem em espaços propícios à expressão e à interlocução nos pareceu um bom indício da presença de alguns dos elementos essenciais da constituição da cidadania e da participação cívica. Assim, poderíamos compreender melhor seus problemas e necessidades. Investimos, então, em uma pesquisa empírica que reúne mulheres pobres e beneficiárias do Programa Bolsa Família.[2]

Certamente, nem todos os espaços de conversação e interlocução promovem trocas argumentativas politizantes capazes de gerar reflexividade, reciprocidade e entendimento mútuo. Nem todas as conversações informais do cotidiano favorecem o conflito e o embate de ideias necessárias à politização dos cidadãos (SCHUDSON, 1997). Há conversações e espaços repletos de constrangimentos e há indivíduos que nem sempre almejam contribuir para o bem comum. Todavia, partimos do princípio de que essas mulheres, por perceberem determinados espaços locais ligados ao programa Bolsa Família como um contexto de acolhida e de apoio, sentem-se encorajadas a manifestarem-se e a cooperarem entre si para uma compreensão melhor das dimensões partilhadas de seus problemas e necessidades (MARQUES e MAIA, 2007).

Para apreender e analisar a "fala" das beneficiárias utilizamos o método dos grupos de discussão (mais conhecidos como grupos focais), por acreditarmos que os contextos interativos por eles gerados nos proporcionam a oportunidade de acompanhar os modos como essas mulheres pobres, ao se implicarem enquanto grupo em dinâmicas

[2] Nossa pesquisa de campo foi realizada com mulheres pobres reconhecidas pelo governo como responsáveis e capazes de gerenciar o benefício do programa e de satisfazer as exigências demandadas em contrapartida. É preciso também salientar que o cartão magnético do programa (para a retirada do dinheiro na Caixa Econômica ou em casas lotéricas) é feito em nome da mulher (mães, avós etc.) responsável pelo domicílio.

comunicativas face a face, promovem um processo de interpretação conjunta de suas necessidades; de troca de informações e de construção de um conhecimento compartilhado.

De modo a estudar as práticas comunicativas que se realizam em contextos cotidianos marginais e invisíveis – nos quais as beneficiárias do Programa Bolsa Família aprendem a expressar publicamente seus problemas –, destacaremos, em um primeiro momento, a importância da conversação cívica para o desenvolvimento da cidadania e da democracia. Em seguida, estudaremos brevemente as principais características do Programa Bolsa Família e dos espaços de encontro e formação profissional mantidos por algumas das municipalidades brasileiras. Ressaltaremos no texto o desempenho de governos municipais que, estimulados pelo Estado, engajam-se na criação de uma estrutura local e na formação de uma equipe responsável por acolher aqueles que se inscrevem no programa, estimulando a restauração dos vínculos sociais, a participação cívica e a troca comunicativa nesses espaços de apoio.

Em um segundo momento do texto, apresentaremos algumas considerações metodológicas a respeito de nossa pesquisa, enfatizando o método dos grupos de discussão como o mais adequado para nossos propósitos. A partir da exploração de dados empíricos, evidenciaremos como mulheres pobres se posicionam diante de três questões principais: o entendimento do programa Bolsa Família, o valor do trabalho e a cidadania. Por fim, mostraremos como trechos de matérias da mídia podem contribuir para conferir maior densidade à conversação informal, fazendo com que as participantes dos grupos tenham que articular e expressar pontos de vista e respostas diante de questionamentos. Tal dinâmica permite não só o aprendizado, mas também o desenvolvimento de capacidades comunicativas essenciais para a construção da autonomia e da cidadania.

Às margens do sistema político: contextos cotidianos informais de conversação e cidadãos politicamente empobrecidos

Uma democracia saudável requer um escopo ampliado de espaços e contextos comunicativos nos quais os cidadãos possam empreender conversações e discussões sobre os assuntos que lhes concernem, desenvolvendo suas capacidades de argumentação, reflexão e domínio cognitivo sobre diferentes tipos de informações (HABERMAS, 1997; BURKHALTER *et al*, 2002). Sob esse viés, muitos são os pesquisadores que afirmam que

pouca atenção teórica tem sido conferida à conversação realizada em situações cotidianas e aos modos como os cidadãos constituem seus contextos rotineiros de reflexão e discussão sobre problemas públicos (HERBST, 1996; SCHEIN, 1995).

As conversações que dizem respeito a assuntos ligados à política são frequentemente iniciadas nos contextos comunicativos informais do cotidiano. Devido a seu caráter prosaico, fluido e descontínuo, elas são geralmente desconsideradas enquanto ações discursivas capazes de contribuir aos processos políticos de tomada de decisão (MARQUES e MAIA, 2008). Contudo, para Nina Eliasoph (2000), as conversações que se dão longe do espaço de visibilidade ampliada (*backstage conversations*), apesar de pouco exploradas e investigadas, podem revelar como os cidadãos comuns, ao interagirem cotidianamente com os outros, podem desenvolver capacidades políticas que lhes permitem pensar para além de seus interesses particulares, aprimorando alternativas de participação política e de construção da cidadania. Nesse sentido, um tipo de cidadania construída dia a dia, através das instituições, parece revelar como os cidadãos comuns constituem-se como "autores de suas próprias vidas", assumindo responsabilidade por suas próprias decisões e desenvolvendo a habilidade de justificá-las diante dos outros (SCHEUFELE, 2000; MARQUES e MAIA, 2007; MARQUES e ROCHA, 2007).

Diferentes autores (CONOVER e SEARING, 2005; GAMSON, 1992; DAHLGREN, 2003; GASTIL, 2008) afirmam que a conversação cívica pode trazer várias contribuições aos debates públicos ampliados ao melhorar os modos de pensar, de formular verbalmente os pontos de vista e interesses, e ao fornecer aos participantes alternativas de ação sobre as questões políticas que afetam diretamente sua vida cotidiana. Segundo Jane Mansbridge (1999), a conversação cívica cotidiana ajuda as pessoas a compreenderem melhor o que elas querem e do que elas precisam em nível individual e coletivo. Para essa autora, a conversação cívica pode politizar-se, permitindo a participação dos cidadãos em processos de troca pública de pontos de vista e de formação da opinião pública. A politização da conversação cívica está ligada ao momento em que uma troca fluida, dispersa e, aparentemente, sem discordâncias, torna-se tensa e exige que os interlocutores se posicionem abertamente sobre conflitos que não são mais identificados como parte de um pano de fundo inquestionável. Tal momento geralmente não está direcionado para a

implicação direta dos cidadãos em processos de tomada de decisão coordenados pelos representantes políticos.

A conversação cotidiana politizada seria, assim, um processo de justificação mútua de pontos de vista e de construção cooperativa e reflexiva de informações, visando a um conhecimento e um entendimento compartilhados acerca de um problema de interesse coletivo. Ela se desenvolve em um contexto específico e propício à expressão e à troca de perspectivas e argumentos. A conversação, sobretudo se tem por objeto temas ligados à política, instaura uma ocasião importante para melhorar os modos de interpretar problemas e necessidades no contexto de uma negociação pública de interesses distintos (BOHMAN, 1997).

Fazer parte de uma conversação significa, sobretudo, colocar em prática as capacidades dialógicas de elaboração, expressão e de justificação de argumentos diante dos outros parceiros de interlocução (WEST e GASTIL, 2004; KIM e KIM, 2008; MARQUES e MAIA, 2008). Mas, sejamos cuidadosos: há níveis distintos de participação. A participação política, ligada à influência direta dos cidadãos nos centros de decisão, não deve ser confundida com a participação cívica, que envolve o desenvolvimento das capacidades acima mencionadas e o engajamento comunicativo dos indivíduos em espaços cívicos cotidianos. Assim, a participação cívica pode não assegurar uma participação instantânea nos processos decisórios. Todavia, ela nos permite ver em quais circunstâncias os cidadãos expressam e negociam seus interesses, redefinindo as realidades políticas, simbólicas e econômicas que enfrentam (WARREN, 2001; 2002).

Localizadas entre um tipo de inclusão política (que as coloca como alvo de programas sociais) e uma exclusão pública (que lhes nega a oportunidade de enviar suas demandas à esfera pública), as mulheres beneficiadas pelo Bolsa Família teriam comprometidas tanto sua capacidade de mobilização e organização quanto as possibilidades de consideração de seus interesses. Sob esse aspecto, a pobreza que atinge essas mulheres não se restringe à dimensão material, mas abrange também uma dimensão política. Como acentuam vários autores, a pobreza impõe grandes limites à emancipação dos indivíduos, uma vez que eles, ao não conseguirem manejar seu próprio destino, confiam suas escolhas a atitudes paternalistas e adaptam suas preferências a alternativas predeterminadas (COHEN, 1997; CALDEIRA, 1984). A pobreza política marca, portanto, certa inaptidão à participação efetiva no processo democrático, uma vez que essas mulheres são percebidas como

incapazes de iniciar uma deliberação pública sobre suas preocupações, influenciar o seu curso e ter suas razões consideradas (BOHMAN, 1997, p. 333).

Acentuamos ainda que as mulheres pobres, marcadas de modo suplementar pelo estigma de serem percebidas pela sociedade como "beneficiárias" de programas assistenciais, encontram grandes dificuldades para alcançar a autonomia política necessária para formular suas questões e debatê-las na esfera pública (BOHMAN, 1997). Relações assimétricas entre aqueles que prestam serviços ligados à assistência social e os "usuários", as linguagens institucionais e os padrões de tratamento e encaminhamento das necessidades reais dos pobres refletem, no âmbito das esferas públicas mais imediatas, algumas dessas dificuldades. De um lado, a representação ligada ao "usuário carente" impede um entendimento das pessoas pobres como cidadãos dignos de respeito moral. De outro lado, a representação do "técnico/assistente social" como aquele que detém o poder de conceder e retirar benefícios induz a constrangimentos e, não raro, à utilização de estratégias voltadas para a obtenção de fins. Diante desses obstáculos, como alcançar a paridade de *status* necessária para o diálogo entre iguais na esfera pública? Como fazer com que as demandas das beneficiárias alcancem a visibilidade necessária para que sejam consideradas para além de seus locais de vivência cotidiana?

Argumentamos que o fato de as falas das beneficiárias não alcançarem graus mais elevados na escala de visibilidade pública não deve nos levar a supor que elas não possuam capacidades políticas críticas e habilidades cívicas. Tampouco que as conversações que se desenvolvem em arenas comunicativas periféricas sejam irrelevantes para o bom desenvolvimento de processos deliberativos. Mas como será que as próprias beneficiárias interpretam sua condição diante do programa? Seria o programa realmente capaz de ir além da transferência de renda, tornando possível a criação de contextos em que elas possam desenvolver suas capacidades comunicativas e políticas?

Responder a essas questões requer, no caso aqui explorado, uma reflexão sobre o papel dos espaços de encontro e conversação amparados pelas redes locais de assistência social no processo de construção da cidadania de mulheres pobres no Brasil. De maneira geral, argumentamos que, no quadro do programa Bolsa Família, as municipalidades trouxeram uma contribuição significante para o desenvolvimento da participação cívica de mulheres em situação de vulnerabilidade social, a partir do momento em que essas redes foram

designadas como responsáveis pela criação de certos espaços de apoio, de expressão e de formação profissional.

O Programa Bolsa Família e os espaços de conversação ligados às redes locais da assistência social

Criado em outubro de 2003, o Programa Bolsa Família representa hoje o principal pilar da política social implantada pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Seus técnicos e agentes indicam que ele foi concebido para agir em duas frentes: a distribuição emergencial de recursos às famílias em uma situação de extrema pobreza e a implantação, a cargo dos municípios, de alternativas emancipatórias. Estas últimas estão ligadas às exigências do programa, tais como os cursos de formação e de alfabetização. No que diz respeito à melhoria das condições de vida das famílias beneficiadas, o governo condiciona o benefício mensal ao cumprimento de algumas contrapartidas como, por exemplo, a assiduidade escolar, a vacinação das crianças nos postos de saúde, os cuidados pré-natais e o engajamento não compulsório dos adultos a se inscreverem em cursos profissionalizantes. Os beneficiários podem ainda contar com incentivos como a agricultura familiar, o acesso às novas tecnologias, o microcrédito e a criação de cooperativas.[3]

Ao destacar a participação das famílias no processo de construção e avaliação do programa, o presidente Lula reivindica a ideia de um Estado que desempenha um papel importante na construção da cidadania. Desse modo, o governo recupera alguns dos principais elementos do modelo democrático-participativo, principalmente no que se refere à abertura de espaços nos quais as pessoas menos favorecidas podem ter acesso a meios de conhecer e defender seus direitos fundamentais e, assim, participar de processos de discussão que envolvem o bem comum de coletividades locais.

Desde o início do Programa, os agentes do governo destacaram a importância do engajamento das famílias no desenvolvimento das ações ligadas a ele. No que diz respeito à participação cívica e política das famílias na elaboração e avaliação dessas ações, o governo

[3] Em 2006, o benefício garantido pelo programa Bolsa Família variava entre R$ 18 e R$ 54 para as famílias que possuíam uma renda mensal per capita de R$ 120. O valor do benefício depende do número de crianças em idade escolar (até 15 anos) e do número de mulheres grávidas ou que amamentam em cada família. Para as famílias em estado de extrema pobreza (renda mensal *per capita* de até R$ 60), o benefício variava entre R$ 58 e R$ 112. Nesse caso, mesmo as famílias sem filhos tinham direito a R$ 58. A transferência varia de R$ 18 em R$ 18 segundo os critérios mencionados. Disponível em: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia. Acesso em: 26.10.2006.

enfatizou que isso dependeria da iniciativa tomada pelas famílias de fazer parte dos espaços de discussão e de trocas de pontos de vista a respeito de suas necessidades. Assim, as famílias cadastradas passaram a receber cartas convocatórias para reuniões de inclusão e de acompanhamento a serem realizadas nos espaços ligados às Secretarias de Assistência Social dos municípios. Organizar-se em público para debater os problemas coletivos não é, portanto, uma ação que partiu inicialmente dos próprios beneficiados, mas foi decorrente de um tipo participação compulsória induzida pelo governo.

Contudo, a presença obrigatória nas reuniões de inserção e de apoio realizadas pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) ou pelos Núcleos de Apoio à Família (NAFs),[4] foram cedendo lugar a uma dinâmica espontânea de demandas e engajamentos voluntários. Isso se explica pelo fato de que, após comparecerem às primeiras reuniões obrigatórias, as pessoas beneficiadas descobrem que os NAFs e CRAS oferecem cursos, atividades artesanais e acompanhamento psicológico. Esses espaços apoiam também a criação de cooperativas e de feiras para a venda dos objetos produzidos nos ateliês de artesanato.

Assim, não desconsideramos o fato de que a convocação para as reuniões de acompanhamento induz a participação e deixa marcas na fala das beneficiárias, fazendo com que elas se expressem em um ambiente de desconfiança e constrangimento, guiando suas ações pelo receio de não mais receber o benefício do programa. Apesar disso, o discurso das equipes responsáveis pelo acompanhamento do programa salienta que essas reuniões representam uma passagem do universo privado do lar ao âmbito público de construção de um conhecimento objetivo e partilhado a respeito do programa.

Em nossa pesquisa, ao estudarmos as conversações estabelecidas nos contextos dos NAFs e CRAS, nos distanciamos dos contextos voltados para as reuniões de acompanhamento e

[4] Os NAFs e CRAS podem ser descritos como sistemas ou equipamentos de base local ligados à Assistência Social. Os serviços por eles prestados são de caráter preventivo e visam principalmente a contribuir para a inclusão social de famílias em situação de vulnerabilidade por meio do fortalecimento dos vínculos familiares, comunitários e sociais. A equipe (composta principalmente por coordenadores, técnicos, psicólogos e assistentes sociais) se propõe a apoiar e orientar as famílias sobre seus direitos e possibilidades de protagonismo na superação de dificuldades associadas a riscos e à precariedade. Como esses equipamentos geralmente estão localizados nas regiões de maior vulnerabilidade dos municípios (e pelo conhecimento que a equipe possui das famílias residentes em tais regiões), eles foram incumbidos, no contexto do Programa Bolsa Família, de fazer o cadastramento das famílias, de organizar reuniões de inclusão (apresentação do programa, de seus critérios e contrapartidas) e de acompanhamento, bem como de encaminhar os beneficiários interessados para cursos profissionalizantes, oficinas de artesanato, acompanhamento psicológico, entre outras atividades voltadas para o estímulo da autonomia das pessoas em suas iniciativas de enfrentamento à pobreza (AFONSO, 2005).

privilegiamos outros contextos de conversação e convivência, nos quais a participação era espontânea e não obrigatória. Voltamo-nos, assim, para espaços de formação profissional e de realização de atividades artísticas assegurados pelo governo local, nos quais técnicos, agentes e psicólogos investem em atividades que buscam instaurar a convivialidade entre as beneficiárias. Não afirmamos aqui que o contexto discursivo desses espaços seja totalmente isento de tensões e assimetrias. Afinal, a presença de atores da municipalidade sempre gera obstáculos à livre expressão de ideias e argumentos. Entretanto, as dinâmicas dos ateliês são propícias a uma cumplicidade maior entre as mulheres, à troca de experiências semelhantes, à exposição de testemunhos e narrativas pessoais. Enfim, são mais abertos à promoção de negociações e de uma compreensão melhor de suas próprias necessidades a fim de explicá-las a interlocutores os mais diversos, inclusive membros do governo local.

Compreendemos que a simples existência dessas estruturas instauradas pelos municípios não garante o engajamento e a participação das pessoas beneficiadas pelo programa. As condições e as manifestações dessa participação dependem também das experiências vividas, dos quadros simbólicos da vida cotidiana, dos recursos materiais e das disposições subjetivas. Para ser eficaz, a participação dos mais pobres deve se apoiar, ao mesmo tempo, sobre sua vontade política de se engajar na elaboração e na resolução coletiva de uma dificuldade comum e sobre a disponibilização de estruturas institucionais locais abertas às contribuições trazidas por diferentes públicos. Essa participação deve ser caracterizada, de maneira geral, como um processo de longo prazo, por meio do qual as pessoas se percebem cidadãs, ao se reconhecerem como membros da sociedade e como parceiros potenciais de discussões coletivas (WARREN, 2002).

A construção coletiva de sentidos acerca do Programa Bolsa Família: questões metodológicas

A fim de saber como mulheres pobres participam de espaços de diálogo e intercompreensão, para trocarem pontos de vista a respeito de suas carências e problemas, organizamos doze grupos de discussão com beneficiárias do programa Bolsa Família, seis

na cidade de Belo Horizonte (MG) e seis na cidade de Campinas (SP).[5]

Os grupos de discussão são comumente conhecidos como entrevistas em grupo ou grupos focais. Contudo, apesar da grande proximidade dos termos, é preciso salientar que eles diferem quanto ao objetivo do pesquisador: o uso das expressões *grupos focais* está historicamente associado ao interesse de perceber os efeitos causados por determinada questão sobre os indivíduos.[6] O pesquisador tende a não privilegiar as interações entre os participantes, mas simplesmente respostas isoladas a questões estabelecidas. Já o emprego das expressões *grupo de discussão* ou *grupo de conversação* está ligado à intenção do pesquisador de enfatizar a dinâmica das interações comunicativas construídas nos grupos (LETELIER, 1996). Como buscamos investigar as relações através das quais o sentido é coletivamente criado, contestado e retrabalhado em grupo, optamos por utilizar a noção de grupos de discussão, entendendo-os como contextos discursivos controlados de conversações e discussões capazes de abrigar e estimular trocas comunicativas acerca de temas sociais e políticos, as quais envolvem momentos de polarização e indagação mútua.

Sob esse viés, o método dos grupos de discussão pode ser de grande valor quando o interesse do pesquisador é não somente o de estudar as articulações entre questões privadas e públicas, mas também de avaliar a extensão e a natureza da troca recíproca de argumentos entre pessoas que fazem parte de certo grupo ou segmento social. A constituição de grupos de discussão nos permite observar o modo como os participantes apresentam questões, interpelam seus parceiros e explicam suas posições uns aos outros (MORGAN, 1996; KITZINGER, 1994; MARQUES e ROCHA, 2006). De acordo com Jenny Kitzinger, os grupos de discussão criam contextos interativos que podem ser considerados como um fórum no qual as pessoas "se engajam umas com as outras para formular verbalmente suas

[5] Essas duas cidades foram escolhidas porque apresentam um histórico de experiências bem-sucedidas com programas de transferência de renda (BEJARANO, 1998; HIRATA, 2006; NAHAS, 2006; MARQUES, 2005; SILVA, YAZBEK e GIOVANNI, 2004). Tal sucesso facilitou o acesso aos dados e o contato com as beneficiárias.

[6] As "entrevistas em grupo" ou "grupos focais" foram muito utilizadas, desde 1926, por pesquisadores norte-americanos dos *mass media*. Seu emprego foi intensificado na época da Segunda Guerra Mundial para examinar o grau de persuasão da propaganda e a efetividade dos materiais de treinamento para as tropas. Nos anos 1940, os sociólogos Paul Lazarsfeld e Robert Merton desenvolveram um programa de pesquisa sobre respostas da audiência a emissões de rádio. Contudo, para Merton, a "entrevista focada" em grupo seria apenas um adendo a um questionário (*survey*) ou estudo experimental conduzido com uma amostra significativa da população. Na década de 1980, o uso dos grupos focais estava mais voltado para pesquisas de marketing e de audiência. Entretanto, uma das maiores críticas a essa perspectiva concentra-se no fato de que as pesquisas que usam grupos focais não privilegiam a relação, mas a fala individual dos participantes (LUNT e LIVINGSTONE, 1996). Tendo em vista esses primeiros modos de emprego do método, alguns autores apresentam certa resistência em empregar a expressão *grupo focal* para caracterizar suas investigações.

ideias e para expor as estruturas cognitivas de seu pensamento, que estavam previamente desarticuladas" (1994, p. 106).

É preciso enfatizar que a formação de grupos de discussão foi escolhida como método uma vez que a maioria das mulheres que compunham nossa amostra participava semanalmente, seja das reuniões de formação, dos ateliês de artesanato, dos seminários temáticos ou dos cursos profissionalizantes oferecidos pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Núcleos de Apoio à Família (NAFs). Como mencionamos anteriormente, esses contextos de fala, além de serem marcados pelo entrecruzamento de discursos institucionais com a conversação informal dessas mulheres, nos ofereciam a oportunidade de verificar como se dava a inserção e a participação dessas mulheres em espaços formais e administrativos da cidade.[7] Assim, nossa pesquisa compreendeu grupos de mulheres que já sustentavam relações entre si na vida cotidiana. Tal fato nos conduziu, em primeiro lugar, ao não isolamento dessas mulheres de seu espaço de convivência cotidiano, reduzindo a artificialidade da situação de discussão no grupo focal. Em segundo lugar, a pré-existência de uma rede de conversações entre essas mulheres ajuda a diminuir não só os constrangimentos associados ao contexto de fala e ao programa em si, mas também a autoridade e a ação diretiva do moderador, aumentando a probabilidade de elas abordarem questões já presentes em suas discussões rotineiras. A informalidade, a naturalidade e a espontaneidade da conversação nos grupos realizados estão diretamente ligadas ao entrosamento prévio entre as participantes.

Não podemos desconsiderar que a presença do moderador, do roteiro de perguntas e de certa tendência do grupo a elaborar respostas que sejam adequadas às prováveis expectativas do moderador são elementos que podem impor alguns limites iniciais ao desdobramento de conversações livres de constrangimentos. Entretanto, pudemos perceber que, ao longo dos debates, as participantes remodelavam e alteravam o foco das questões feitas pelo moderador de modo a atender àquilo que consideravam como mais importante ou urgente a ser discutido e mencionado. A negociação – entre as participantes e entre elas e o moderador – do entendimento de suas necessidades e experiências se dá no próprio debate e não pode ser prevista por um roteiro aberto de questões. Da mesma forma, a

[7] A pesquisa de campo foi realizada em espaços cedidos pelos NAFs e CRAS entre outubro de 2005 e agosto de 2006.

presença do moderador tende a ser muito menos notada na medida em que as discussões vão se intensificando. Por isso, ele deve optar por intervenções mais pontuais, demandando das participantes esclarecimentos sobre argumentos defendidos e pontos de vista pouco claros.

Os grupos formados nas cidades de Belo Horizonte e Campinas foram compostos de três a doze mulheres beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, resultando em um total de 88 participantes.[8] Elas foram selecionadas independentemente de critérios como o montante das alocações recebidas, a idade, a origem étnica ou a classe social. A idade delas variava entre 17 e 67 anos, mas a maioria dos grupos reuniu mulheres entre os 30 e os 50 anos.[9] É preciso destacar que em apenas um grupo, realizado no CRAS do Centro Social Vila Padre Anchieta, em Campinas, contamos com a presença de um homem. Este último apareceu acompanhado de sua esposa que se prontificou a esclarecer que era o marido quem tomava a frente nas questões relativas ao benefício do Bolsa Família.[10]

A dinâmica das sessões foi dividida em duas partes, seguindo um roteiro de perguntas semiestruturado. Na primeira parte, as beneficiárias respondiam a questões referentes à sua própria experiência com o programa. Na segunda parte da dinâmica de grupo, a fim de estimular um debate com maior diversidade de pontos de vista, foram disponibilizados alguns trechos de matérias e reportagens jornalísticas impressas (*Folha de S. Paulo, Veja* e *Isto é*) e televisivas (*Jornal Nacional* e *Fantástico*), os quais continham falas e pronunciamentos de atores políticos, cívicos e mediáticos sobre o Programa Bolsa Família. Acreditávamos que o uso das informações mediáticas, associado à discussão interpessoal, possibilitaria às participantes meios de tornar seus argumentos mais compreensíveis, facilitando também a interpretação das perspectivas alheias.

[8] As participantes, ao serem informadas sobre a finalidade acadêmica da pesquisa e sobre a probalidade de publicação de suas falas, manifestaram o desejo de ter seus nomes reais substituídos por nomes fictícios para proteger seu anonimato.

[9] Entre as 88 mulheres, 86 declararam ter filhos em idade escolar. No que se refere a seu estado civil, 33 mulheres afirmaram ser casadas, mas a quantidade de mulheres solteiras, divorciadas ou "amigadas" (que vivem com um companheiro) foi também representativa (50 mulheres no total). A metade das mulheres afirmou não ter um emprego formal. Algumas delas (10 participantes) disseram que faziam "bicos" para aumentar a renda familiar. Outras declararam trabalhar esporadicamente como diaristas ou domésticas (27 participantes).

[10] **Isabel:** Não é só questão de ser iniciativa dele, às vezes cê tem que deixá o homem fazê, porque senão fala "pô, só a mulher que corre atrás" e o homem fica parecendo que tá incapaz de corrê atrás do que tem direito também. **Vicente:** É dividir as tarefas... [Grupo de discussão CRAS Padre Anchieta, Campinas, 24/07/2006]. Consideramos interessante mencionar que Vicente é deficiente físico (ele não caminha sem o auxílio de muletas). Nesse mesmo grupo, também havia uma participante, Cíntia, que não possuía um dos braços e trabalhava como cobradora de ônibus.

Nas subseções seguintes, evidenciaremos os resultados da primeira parte da dinâmica dos grupos de discussão. Interessa-nos revelar a maneira como a conversação entre mulheres políticas e socialmente marginalizadas pode favorecer: a) um processo coletivo de construção de um problema público – permitindo a troca de informações em vista da compreensão do Programa Bolsa Família; b) a percepção de diferentes dimensões do respeito, dos direitos e da cidadania – proporcionando uma reflexão crítica para a exposição de suas necessidades reais, por meio de testemunhos e histórias de vida.

a) A construção coletiva de um problema público

A primeira etapa de definição de um problema público é marcada por uma conversação multifocalizada por meio da qual os interlocutores adquirem informações, selecionam aquelas que consideram importantes para o debate e identificam as diferentes dimensões da questão tratada. "Essa atividade se constitui pelas atribuições de responsabilidade, as identificações de atores, as configurações de ações, as avaliações de preconceitos e as renovações de pontos de vista" (CEFAI, 1996, p. 49).

Nos momentos iniciais das discussões, as participantes de grande parte dos grupos não contestam o programa, elogiando a doação monetária do governo e afastando a mínima possibilidade de reivindicar ou de cobrar explicações acerca do processo de cadastramento ou de distribuição do benefício. Entretanto, ao formularem suas reais necessidades de modo coletivo, as participantes passam a questionar as ações do governo e a assumir uma postura mais crítica e problematizante, aproximando preocupações da esfera privada de questões mais coletivas. Sob esse aspecto, é importante destacar que as conversações informais do cotidiano, constituídas por uma mistura entre questões políticas, acontecimentos mais prosaicos e experiências pessoais, adquirem um papel fundamental na elaboração e entendimento de novas problemáticas, sobretudo no que diz respeito às articulações entre os domínios públicos e privados (MANSBRIDGE, 1999). O trecho abaixo transcrito foi extraído de um grupo de discussão realizado com cinco mulheres, que já recebiam o benefício da Bolsa Escola Municipal (BEM-BH)[11] e estavam participando de uma reunião

[11] O perfil dos beneficiados pelo BEM-BH, lançado em 1997, abrange famílias com renda familiar *per capita* inferior a R$ 90,00, com crianças entre 7 e 14 anos, devendo residir em BH há, pelo menos, 5 anos. As condicionalidades incluíam 85% de frequência escolar, atualização do cartão de vacinação das crianças, acompanhamento pré-natal e combate à desnutrição (KUNDID, 2006).

de inclusão que tinha por objetivo esclarecer que, daquele mês em diante, elas passariam a receber também o Bolsa Família. Como elas deveriam voltar ao prédio da Regional para fazer o cadastro no programa, aproveitamos esse momento para realizar o grupo de discussão.

> **Mara**: Se a gente parar pra analisar, a Bolsa Família praticamente tá sendo uma esmola pra ajudá os pobres. Não tá certo.
>
> **Gilda**: Fica sustentando a gente. Ninguém quer receber Bolsa Família, não. Se tivesse serviço para todo mundo, ninguém tava pegando isso aqui.
>
> **Clara**: Eu acho que o Lula não tá dando nada pra ninguém não. Eu acho que ele tá ajudando.
>
> **(**...)
>
> **Gilda**: Tem que trabaiá, uai, procurá alguma coisa pra fazer. Eu quero ficar deitada o dia inteiro assistindo televisão? Esperando só o Sol, né?
>
> **Estela**: Ficar de braços cruzados...
>
> **Mara**: É fazê alguma coisa. Nada cai do céu.
>
> **Moderadora**: E o Bolsa Família, não caiu do céu?
>
> **Gilda**: Caiu, mas ocê vai pegá só ele?
>
> Mara**: Caiu, né, mas se a gente for parar pra analisar, o dinheiro não dá pra fazer aquilo tudo que a gente pretende fazer. É igual ela falou, a gente quer trabalhar, mas como? A gente tem que ficá em casa e cuidá dos filhos...**
>
> **Gilda**: É, uê, o resto cê tem que se virar, uê.
>
> **Mara**: (...) Só dá uma ajudinha, mas a gente tem que arrumar um serviço pra trabalhar, pra acabar com o restante, né? [Regional Barreiro, 27.10.2005, BH]

As falas de Mara e Gilda nos trazem dimensões importantes acerca de questões de gênero e suas ligações com programas de transferência de renda. As participantes afirmam que o dinheiro do benefício não proporciona "boa vida" a elas, ou seja, não permite que elas fiquem em casa de "pernas para o ar, assistindo televisão". Nessa situação, as características de gênero tornam-se relevantes quando emergem na interação social a fim de

nos auxiliarem a perceber os modos implícitos e explícitos através dos quais as participantes se referem à sua condição de mães, donas de casa e desempregadas. O gênero configura-se, então, como uma construção discursiva que, especialmente em conversações em grupo, deve ser avaliado a partir do modo como aparece na fala dos participantes. A associação entre a preguiça e a busca por benefícios do governo não raro conduz ao entendimento de que a mulher/mãe pobre é responsável pelas próprias mazelas que a atingem, uma vez que não faria o esforço necessário para procurar um trabalho. Esse argumento, baseado na experiência norte-americana com o *welfare state*, fortalece também o estigma existente em torno das "rainhas do *welfare*", ou seja, mulheres que não se preocupariam em trabalhar, uma vez que o benefício as colocaria em uma situação privilegiada (KINGFISCHER, 1996). É importante destacar aqui que a tese do "esforço pessoal" faz com que as pessoas pobres e marginalizadas sejam percebidas como indivíduos que possuem as mesmas capacidades e habilidades de alguém que pertence à classe média ou alta. Sua situação de miséria aparece como passageira e reversível, bastando uma ajuda do governo ou um mínimo esforço para a busca de um emprego. Assim, o fracasso dos pobres é frequentemente visto como culpa individual, o que naturaliza e confere invisibilidade a problemas de socialização, redistribuição e reconhecimento (SOUZA, 2006).

A interpretação coletiva de um problema é, assim, uma etapa fundamental na identificação das diferentes nuances de uma questão de interesse coletivo. Informações oriundas de diferentes fontes (da conversa com a vizinha ao noticiário televisivo) são acionadas, reunidas e colocadas em relação de modo a compor um pano de fundo objetivo diante do qual elas expõem e avaliam a própria situação. Para ilustrar esse processo, escolhemos um trecho de um grupo de discussão realizado com dez mulheres que semanalmente se reúnem no CRAS Sul para frequentar oficinas de artesanato e ter acompanhamento psicológico.

> **Judite**: Quando eu cheguei no programa o rapaz me explicou: "Olha, você vai na assistente social que lá eles vão te passá alguma coisa". Quer dizer, eu chorei uma semana na minha casa, pensando "meu Deus, nunca precisei disso"... E eu olhava pra cara dos meus filhos, meus filhos pedindo as coisas, eu não tinha pra dá, entendeu? Aí a psicóloga me falou que dentro do Bolsa Família tinha outras coisas, aí eu vim

> contente, porque tinha a chance de uma atividade. Por isso que eu falo: tudo é informação...
>
> **Rute**: Eu, quando comecei a recebê a Bolsa Família, o cadastro foi em 2002. Aí eu vim a sabê que tinha direito a R$ 95. A partir desse momento foi que eu procurei o DAS Sul, né, pra sabê os meus direitos, se eu tinha ou não direito. Aí foi quando eu comecei a passá na psicóloga. Faço acompanhamento com ela até hoje e participo de algumas oficinas aqui e vou tentá fazê um curso agora de informática através da Assistência Social.
>
> **Moderadora**: Tudo isso a partir do Bolsa Família?
>
> **Rute**: É, foi a partir do Bolsa Família que eu comecei a fazer essas oficinas. É uma ajuda, né? Porque foi a partir da ajuda da psicóloga que eu ganhei esperança. Antes, pra mim, já não tinha mais razão nenhuma...
>
> **Sílvia**: Isso eu tava olhando e até perguntei hoje se eles pagam a passagem, né, porque eu quero fazer um curso. Eu quero fazê de manicure, cortá cabelo... [CRAS Sul, Campo Belo, 13.07.2006, Campinas]

No trecho acima transcrito, podemos perceber a importância que Judite confere à informação. A informação é um dos pilares da participação e da construção da cidadania, porque é a partir dela que os indivíduos tomam consciência de uma questão, de um problema ou de um direito. Contudo, as famílias pobres raramente têm acesso às informações referentes à integralidade das ações que constituem o programa Bolsa Família. A difusão de informações a respeito de atividades (ateliês, cursos de formação profissional, ajuda psicológica etc.) depende principalmente da estratégia municipal e local de comunicação e de mobilização social, e também de uma rede comunitária de sociabilidade ativa (sobretudo aquela ligada à vizinhança). Além disso, a informação deve ser não só partilhada, como também construída, por meio do diálogo, de modo a reunir elementos questionadores da "posição de beneficiárias passivas de serviços predefinidos" (FRASER, 1989, p. 174).

b) Dimensões do respeito, dos direitos e da cidadania

Em todos os grupos de discussão realizados, constatou-se na fala das participantes uma percepção realista de uma ordem social que não pode ser modificada somente com sua participação em contextos restritos de diálogo e de engajamento coletivo. O trecho abaixo transcrito revela parte da conversação entre sete mulheres que recebem o Bolsa Família, frequentam as reuniões de acompanhamento do CRAS Noroeste e foram convidadas a compor um grupo de discussão. Cinco dentre elas declararam estar desempregadas, mas reconhecem que é preciso trabalhar, ter a própria renda e pagar as próprias despesas como todo "cidadão honesto".

> **Alzira:** Assim, a gente pode fugir da miséria, né? Mas da pobreza, eu não acho... Eu até gosto de ser pobre, porque a gente é pobre, mas a gente não tem tantas preocupações. Lógico, a não ser com as contas, com os filhos. Mas, gente, a pessoa que tem um pouco mais não tem sossego. (...) Eu acho que o exemplo tá aí: a pessoa ir atrás, buscar, procurar, se informar. (...)
>
> **Cecília:** Cê vai ficá esperando o governo dá as coisa procê pro resto da vida? Ele não vai te dar isso o resto da vida. Cê tem que trabalhá, cê tem que catá papel, tem que fazê alguma coisa. (...)
>
> **Lorena:** Eu acho que não jeito não. Por mais que a gente lute, tem o desemprego, né?
>
> **Adélia:** O pessoal nasce pobre e morre pobre.
>
> (...)
>
> **Júnia:** Ó, pelo que eu tô vendo, analisando com as meninas aí, eu acho que ainda não tá ajudando a sair. Tá, assim, ajudando a você tê um meio de como ir lá e buscá e defendê, assim, o seu pão de cada dia ou uma roupa. Mas eu não tô vendo ainda uma saída procê falá assim "acabô o Bolsa Família, hoje eu tenho como trabalhá por conta, montá um negócio". [CRAS Noroeste, 17.02.2006, Campinas]

Para as mulheres desse grupo, "ter que" ficar em casa e cuidar dos filhos reafirma uma posição conformista da mulher enquanto figura materna e dedicada, disposta a anular-se em prol do bem-estar dos filhos. Ficar em casa é associado à inutilidade, pois elas afirmam que é através do trabalho que elas vislumbram a possibilidade de obter a estima social (HONNETH, 2001; MATTOS, 2006). O desejo de serem valorizadas pela realização de

tarefas que elas se julgam capazes de desempenhar revela que, para elas, "ser alguém" significa ter um trabalho digno, conquistar alguma coisa ou fazer qualquer coisa que mereça a valorização dos outros. Sob essa perspectiva, ser considerado como "incapaz" ou "inútil" destrói a autocompreensão e a auto-estima das pessoas pobres, expondo-as a normas de depreciação perpetuadas no interior de instituições e pela ação de seus agentes. O trabalho, seja ele no mercado formal, informal ou mesmo o aprendizado de uma profissão ou atividade, parece ser a chave para a conquista do respeito e da valorização alheia. O trecho abaixo transcrito reflete parte da conversação realizada entre oito mulheres que fazem parte de uma oficina trabalhos artesanais (bordado, pintura, tricô etc.). Após o encerramento das atividades manuais, elas aceitaram integrar o grupo de discussão.

> **Ana:** Não tem nada que dá o peixe pra pessoa, mas sim ensiná ela a pescá.
>
> **Hilda**: E o dia que o peixe faltá? Se te ensinam a pescá, nunca vai faltá.
>
> **Danila (observadora):**[12] O Bolsa Família ensina a pescar?
>
> **Ana**: Ele me ensinou sim, porque desde que eu tive esse problema [derrame], eu ficava quietinha em casa e eu falava "ah, eu acho que eu não sou capaz". O que aconteceu? Depois veio o Bolsa Escola e eu comecei a olhá pros meus netos, saiu o curso do NAF e eu vim pro curso pra aprendê, pra quê? Pra me erguê de um modo ou de outro. Então é uma ajuda, mas ensina também. [NAF Leste, Oficina de Mulheres, 22.03.2006, BH]

O respeito possui uma forte relação com a constituição do cidadão no espaço público de debate,[13] pois é nesse espaço que se definem modos de participação, de compreensão e negociação de necessidades e de valorização (ou desvalorização) dos indivíduos. Mas, para

[12] Cabe aqui uma breve distinção entre os atributos do moderador e do observador. O papel do moderador consiste em estimular a discussão entre os participantes, fazendo com que o debate tenha continuidade (sem impor uma agenda ou formato às respostas); desafiando aquilo que é tido como dado pelos participantes e encorajando-os a discutir as inconsistências presentes em seus modos de pensar. Ele pode ter um desempenho mais ativo ou apagado, mas deve sempre procurar deixar os participantes à vontade (HANSEN *et al*. 1998, p. 273). O observador acompanha, à distância, o desempenho do grupo. Um dos papéis mais importantes do observador é analisar a rede de interações presentes durante o processo grupal. Cabe a ele apontar as reações do moderador com relação ao grupo, suas dificuldades e limitações. Deve estar atento ao registro de comunicações não verbais, reações, linguagem, atitudes, preocupações e ordem das respostas (KIND, 2004, p. 130).

[13] Segundo Habermas, a esfera pública é mais bem descrita como "uma rede que permite a comunicação de conteúdos e de tomadas de posição e de opinião. Os fluxos de comunicação são filtrados por ele e sintetizados de modo a se condensarem em opiniões públicas organizadas em função de um tema específico" (1997, p. 387). A concepção de esfera pública está ligada, portanto, às trocas e fluxos discursivos estabelecidos entre indivíduos e grupos que procuram compreender melhor e/ou solucionar problemas que os atingem.

participar da vida pública, é preciso ao menos supor que os indivíduos são considerados como cidadãos que possuem a capacidade de pronunciar e de sustentar seus pontos de vista de uma maneira autônoma e racional (HABERMAS, 1987).

A autonomia não está relacionada ao individualismo ou à autossuficiência. Ao invés disso, sua construção é intersubjetiva e exige competências comunicativas originadas nas redes interativas que as pessoas estabelecem umas com as outras (WARREN, 2001). A formação da autonomia individual envolve, portanto, a adoção de uma atitude reflexiva em relação às próprias necessidades e desejos que não se restringe a um exercício interno, mas que só se concretiza em processos de trocas de razões nos quais os indivíduos devem: a) expressar publicamente suas necessidades aos outros; b) elaborar justificativas aceitáveis para suas próprias ações cotidianas; e c) reconhecer seus interlocutores como dignos de valorização e consideração (COOKE, 1999, p. 26). Por sua vez, a autonomia política (ou pública) é definida por Warren como a "capacidade de produzir julgamentos coletivos e dar razões para sustentar compromissos recíprocos" (2001, p. 65).

Quando afirmamos que, para ser autônomo, é preciso ser reconhecido como parceiro do debate e como indivíduo moralmente capaz, estamos nos referindo também à existência de um sistema de direitos fundamentais que protege os indivíduos em sua integridade, provendo-lhes as condições mínimas necessárias para que entrem como cidadãos iguais no processo de julgamento público (WARREN, 2001).

Contudo, como mencionamos anteriormente, pessoas pobres são raramente percebidas como cidadãos. O lugar que ocupam na sociedade dificilmente lhes assegura um status de detentores de direitos e de agentes potencialmente capazes de instaurar um espaço público de discussão sobre suas demandas, de posicionar-se diante de autoridades políticas e de contestar-lhes (HABERMAS, 1997). Dito de outro modo, a conquista da autonomia, tanto individual quanto pública, depende de componentes externas aos sujeitos, ou seja, de dimensões comunicativas, sociais e institucionais que os permitam participar da vida pública, sendo respeitados, ouvidos e considerados. A constituição da cidadania e da autonomia deve ser vista como fruto de um processo de construção das capacidades reflexivas de expressão e argumentação públicas. Contudo, são raras as experiências práticas brasileiras que evidenciam como setores mais pobres da população podem tomar parte em processos de conversação e debate sobre políticas públicas e direitos que os afetam diretamente. O trecho de conversação abaixo deriva de um grupo realizado com sete

beneficiárias da região da Pampulha, em Belo Horizonte, sendo que três delas (Elza, Beth e Raquel) trabalham na COMARP (Comunidade Associada para Reciclagem de Materiais da Região da Pampulha), associação que funciona dentro do NAF. O grupo foi realizado em um momento de pausa do trabalho por elas realizado.

> **Lurdes:** Ah, direito é um trabalho digno, né? Eu acho que todos têm direito a um trabalho digno, ter seu salário ali, suado ali, mas é seu, né? Não tá pedindo ninguém...
>
> **Beth:** Não tá pegando de ninguém, né? É da gente mesmo, é do suor da gente.
>
> **Raquel:** É, eu acho que é isso que elas falaram. O direito é o que te pertence, é seu. Então, apesar de que muitos direitos só tem no papel, mas o direito é aquilo que deveria tá ao seu alcance. Isso é o que eu entendo.
>
> **Moderadora**: Mas o direito é algo que o governo te dá ou que a gente luta por ele?
>
> **Raquel:** Não, o direito ninguém tá te dando, o direito já é seu. É uma... é... cê já conquistou, cê tem direito. É um direito, é uma conquista sua, entendeu? Não é um favor de ninguém, não é ter uma esmola de ninguém (...) É difícil explicar com palavras o que é um direito. O que a gente entende é isso.(...)
>
> **Lurdes:** Todo mundo tem o direito a ser um cidadão respeitado, né?
>
> **Moderadora:** O que é ser um cidadão respeitado, Lurdes?
>
> **Lurdes:** É ir e vir, né? Com respeito, respeitar os outros também. Direito a uma moradia melhor, mas esse direito também a gente tem que ir em buscá, né? É melhor, porque só esperar também...
>
> **Elza:** quando a gente fala que o Bolsa Família é um direito... quem não consegue se sustentar, manter uma vida com dignidade, tem o direito a essa ajuda do governo... [NAF Pampulha, 04.11.2005, BH].

Para que um indivíduo seja considerado como cidadão livre e igual, e para que ele possa se inserir no espaço público amplo de debate, é preciso garantir-lhe não só direitos fundamentais, mas também condições de apresentar-se e de expressar-se para além do

domínio privado. Nesse sentido, a principal dificuldade que se oferece às mulheres que participaram dos grupos realizados está associada ao seu "confinamento" ao espaço doméstico. Esse quadro se agrava no caso das mulheres pobres, uma vez que "frequentemente elas são socializadas em ambientes despolitizados nos quais suas opiniões são desvalorizadas, contribuindo para que, de um lado, concordem com os outros e, de outro lado, guardem suas reflexões para si mesmas" (MADRIZ, 2000, p. 846).

> **Irene:** Eu acho que é muito bom a gente fazê curso, tê, assim, alguma coisa pra fazê, porque eu me acostumei a não ter nada pra fazê, mas eu acho que eu devo procurá alguma coisa pra mim... pra ser alguém um dia. Quer dizer, eu sou alguém, mas queria ser mais um pouco. Não muito, né, mais um pouco, eu queria sim. (...)
>
> **Moderadora:** O Bolsa Família pode abrir novas saídas, novos horizontes?
>
> **Sílvia:** Às vezes pode sim. Eu, antes da Bolsa Família, era muito quieta, não falava nada. Depois comecei a participar dos cursos e vim a aprendê a conversá um pouquinho, porque nem abri a boca eu sabia, ficava só quieta dentro de casa. Agora eu saio, a gente se encontra, tem conversas diferentes, aprende mais com o outro... [CRAS Sul, Campo Belo, 13.07.2006, Campinas]

Para sair de casa e tomar parte de conversações, as participantes mencionaram a ajuda que elas receberam a partir dos cursos e dos ateliês do Programa Bolsa Família. Isso reforça o argumento construído por Cohen (1999, p. 410), de que a participação cívica deve contar com as estruturas do Estado, sobretudo quando ele cria oportunidades mais institucionais e regulares de participação em atividades cívicas e/ou decisórias, o que melhora a qualidade do discurso produzido pelos cidadãos que atuam sobretudo na esfera comunicativa informal. Para ser eficaz, a participação cívica deve se apoiar, ao mesmo tempo, sobre a vontade política e sobre a disponibilização de estruturas institucionais locais abertas às contribuições trazidas por diferentes públicos (MARQUES e MAIA, 2008).

A politização da conversação cotidiana informal: o papel da mídia

Neste tópico, nosso objetivo é investigar a segunda parte da dinâmica constituída nos grupos, aquela em que trechos de matérias jornalísticas impressas e televisivas foram

disponibilizados às participantes para que elas se posicionassem diante de seu conteúdo. Entre os anos de 2003 e 2006, coletamos inicialmente um total de 318 textos distribuídos conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – **Textos e matérias jornalísticas coletadas entre 2003 e 2006**

Veículos jornalísticos	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**Total de textos**
Folha de S. Paulo (diário)	32	47	38	93	210
Veja (semanal)	15	12	7	23	57
Isto é (semanal)	3	7	2	8	20
Jornal Nacional (diário)	2	11	4	12	29
Fantástico (dominical)	-	1	-	1	2

Os textos escolhidos para serem levados aos grupos de discussão (um total de 10) foram aqueles que, além de serem dedicados especificamente ao Bolsa Família, nos permitissem identificar as principais perspectivas e argumentos que revelaram o posicionamento de diversos atores em torno das questões suscitadas por esse programa.

Nossa expectativa era a de que as falas e os trechos de discurso mediáticos produzissem nas participantes reações que possibilitassem ao grupo formular e apresentar razões para justificar concordâncias ou discordâncias, de modo a tornar mais explícitos os processos reflexivos através dos quais constroem, intersubjetivamente, seus pontos de vista. Importava-nos permitir que elas mesmas escolhessem os tópicos que fossem mais relevantes para uma discussão coletiva, na qual elas pudessem reenquadrar as falas extraídas da mídia, desenvolvendo observações que adquirem coerência a partir da contribuição de todos os interlocutores.

De maneira geral, nos grupos de discussão, os argumentos reflexivos e as narrativas privadas permanecem indistintos se os participantes, muitas vezes com o auxílio do moderador, não criarem uma dinâmica capaz de conduzir a interação a um ponto em que eles mesmos sintam necessidade de aprofundar o esclarecimento das razões que sustentam seus próprios pontos de vista. Nessa segunda parte da dinâmica, foi possível verificar que, ao trazer para os grupos fragmentos de matérias jornalísticas impressas e televisivas, os argumentos construídos pelas participantes convergiam de modo a tentar gerar um esforço coletivo de esclarecimento de uma controvérsia instaurada pelos discursos da mídia.

A tematização – via interpretação dos recortes de mensagens mediáticas – de diferentes dimensões da relação que as participantes mantinham com o programa fez com que, aos poucos, a conversação difusa cedesse lugar a uma discussão política voltada para a reflexão coletiva. Nesse sentido, o processo de politização da conversação cívica é aquele que permite uma passagem de um nível de interação caracterizado por uma comunicação mais intuitiva, para um nível de interação discursiva no qual os cidadãos passam a discutir sobre questões de interesse público, a construir preferências, a refletir sobre as próprias necessidades, considerando e promovendo razões capazes de ampliar o que é entendido como o bem comum.

No contexto dos grupos de discussão realizados, o questionamento de preconceitos disseminados pela mídia desloca as participantes de um fluxo conversacional difuso para um empenho coletivo de buscar definições, explicar situações e posicionar-se diante delas. Consideramos que esse momento de politização traz ganhos para a construção da autonomia política na medida em que um público, localizado fora do fluxo principal de discussão política, procura entender e produzir sentido acerca de diferentes discursos que lhe dizem respeito.

O trecho abaixo transcrito revela parte da conversação realizada entre dez mulheres que frequentam as reuniões de acompanhamento e os cursos profissionalizantes promovidos pelo Espaço Esperança/CRAS Norte (criado em 1995 pelo Programa Comunidade Solidária). Ele mostra como as participantes reagem ao seguinte argumento: "*[Os pobres] estão deixando de ser trabalhadores para se tornarem assistidos*" (Lena Lavinas, economista UFRJ, *apud* GOIS, *Folha de S. Paulo*, 25.12.2005).

> **Cibele:** É um absurdo o que eles [os políticos e especialistas] falam... A gente já é recriminado por morá na periferia, ainda não trabalha, não faz nada. Então, eles acham assim esse povo é acomodado, mora na favela. Eles têm mania de falá que o povo brasileiro é acomodado. Não é o povo brasileiro... os pobres, eles falam que são acomodados. Não é isso, mas é que eles tão cansados de tanta palhaçada, porque lutam, lutam e não conseguem nada. Sai um benefício, você corre atrás e passa a maior humilhação pra pegá...

> **Alda:** É uma humilhação. Quando eu fui fazê o cadastro, cheguei lá 7 horas da manhã e só fui atendida às 3 da tarde. Quer dizer, é uma coisa assim, muito humilhante pra ganhá 15 reais.
>
> **Cibele:** Se não precisasse ia passá por uma humilhação dessas?
>
> **Alda:** Sem contá a briga que teve na porta. As pessoas querendo cortá a fila (...) Aí sai aquela confusão, aí *sai na televisão como se as pessoas pobres fossem qualquer marginal*, como um lixo, como qualquer Zé ninguém...
>
> **Brígida:** Aí eles [jornalistas] vai falá o quê? "Olha lá a *favelada* como é que tá lá."
>
> **Diana:** É... gosta de fazê barraco...
>
> **Cibele:** Na verdade, eles [jornalistas] não falam assim, '*a periferia*', eles falam '*a favela*'. Eles não têm nem a capacidade de tratar as pessoas com dignidade... [CRAS Norte, Espaço Esperança, 12.04.2006, Campinas]

Podemos perceber, sobretudo através das falas de Brígida e Cibele, que elas associam aos atores mediáticos a exploração de estereótipos pejorativos como "favelado" e "marginal" que os enquadram como "lixo". Cibele tenta estabelecer a diferença entre o que entende por "periferia" (para ela, um termo positivo) e "favela" (termo ligado à criminalidade), ao mesmo tempo em que acusa os agentes mediáticos de não considerá-las dignamente. Ressaltamos também o fato de que elas não questionam valores de fundo moral que reproduzem as condições de sua desvalorização. As participantes, ao invés de questionar a humilhação, assumem que ser humilhado faz parte do tratamento destinado aos pobres.

Como ressaltam Mansbridge (1999) e Kingfisher (1996), as conversações que se processam às margens do fluxo principal de debate acerca de um tema político geram pontos de vista transformativos ao rejeitarem categorias impostas. Essa forma de resistência, quando acionada, tem a capacidade de gerar impulsos politizados de luta contra a desvalorização. Nesse sentido, esse exercício de contrapor discursos de ampla visibilidade a pontos de vista e experiências mais invisíveis revela-se extremamente útil ao processo de desenvolvimento de capacidades argumentativas, de justificação de pontos de vista e de contestação de formas de opressão simbólica (MARQUES e ROCHA, 2007). A formulação de contra-narrativas apresenta, portanto, ganhos para o processo deliberativo, na medida em que um

público, localizado fora do fluxo principal de discussão política, procura entender e produzir sentido acerca de diferentes discursos que lhe dizem respeito.

Como mencionado anteriormente, a associação, disposta nas notícias jornalísticas impressas e televisivas, entre o benefício concedido pelo Bolsa Família e uma esmola é um tema que sempre suscita no contexto dos grupos uma implicação maior das participantes. Encontramos no trecho abaixo destacado parte das reflexões feitas em um grupo de discussão composto de oito beneficiários que frequentam assiduamente as reuniões de acompanhamento promovidas no Centro Social ligado ao CRAS Norte. Vejamos como esse grupo reagiu aos seguintes argumentos: "*[O Governo] não tem necessidade de ficar dando o Bolsa Família a vida inteira. Deus queira que um dia ninguém precise mais do Bolsa Família, do cartão do Fome Zero, que todas as pessoas estejam trabalhando e comendo à custa do seu trabalho*" (Lula, Presidente da República, *apud* DUAILIBI e SCOLESE, *Folha de S. Paulo*, 21.12.2004). "*Pobre não quer esmola. Quer emprego. Criar a família com o fruto do seu trabalho. O governo teria de estar focado em um programa de desemprego zero. O emprego torna a pessoa independente do governo"* (Antônio Ermírio de Moraes, Empresário, *apud* SALGADO, *Veja*, 05.11.2003).

> **Vicente:** Eu acho que um pouco a gente tem vergonha, a gente vem atrás, mas a gente tem vergonha do que a gente tá indo buscá, assim... o que vem de graça não é legal pra gente. Eu me sinto assim, eu vou atrás porque a gente precisa disso aí...
>
> **Isabel:** Mas não é uma coisa que você tá se orgulhando, porque tá recebendo aquilo.
>
> **Vicente:** Se eu tivesse um emprego eu te garanto que eu não ia nem buscá. Ia lá pro Banco e voltava pro governo. Eu não ia atrás mesmo. Eu me sinto assim, né, é a minha opinião, cada um tem uma opinião.
>
> **Moderadora:** E vocês, como se sentem?
>
> (...)[14]

[14] O uso de reticências na transcrição das conversações indica que há uma tensão no grupo, evidenciada por breves silêncios e uma recusa dos participantes em se manifestar sobre a oposição entre o sentimento de "vergonha" por "receber algo de graça" e o sentimento de "gratidão" ao governo.

Sofia: Se fosse bom o mercado de trabalho não precisava de Bolsa Família nem de Bolsa-Escola, porque tá errado. Eu gosto de trabalhá. Eu já tô nessa idade... Agora depois de velha eu não acho mais trabalho. Eu tenho que vivê assim, da Bolsa Família, da minha aposentadoriazinha que eu pego, até o resto da minha vida...

(...)

Vicente: Eu acho assim, que nem no caso de idade e de saúde... seria outro tipo de benefício, né?

Sofia: Agora a gente recebê um dinheirinho não é errado, não. O que eu acho ridículo e acho feio, se fosse pra não morrê de fome é roubá. Tudo o que o governo faz pra nós não é preconceito, não é esmola. Tem que ajudá mesmo os pobres. Ele acha que seu filho tem que desmaiar de fome? Que seu filho vai andar descalço? (...) Antes eles pegá um dinheirinho do governo do que entrá num Banco e assaltá e ser preso ou morto. (...) Nós não tá pedindo, ele tá dando por livre vontade, porque nós não vai ficá chorando, ou dizendo "manda dinheiro pra nós, ô governo!" Não. É nosso direito. É direito ajudá os pobres.

Isabel: Cada um tem um ponto de vista, por isso que tem que ter essa avaliação. Que nem ela falou um ponto certo. Tá, o governo tá tentando ajudá a população carente, então aqueles que querem mudar, andar no caminho do bem, vai agarrar qualquer tipo de ajuda do governo (...). Mas querendo ou não é uma humilhação, mas já que tá me dando, porque eu não vou agarrá isso aí com todas as forças?

Moderadora: Alguém concorda ou discorda de Isabel?

[breve silêncio e hesitação no grupo]

Sofia: O pobre recebê o dinheiro que o governo tá mandando não é humilhação, é um direito dele, porque o pobre não tem... se o pobre não trabalha, não tem uma coisa pra vendê, pra pegá daquele dinheiro, pra tentá mantê a casa, ele vai roubá? Então ele vai preso ou morto. É isso aí, a pessoa tem que lutá assim pra ele dá mesmo, ele tem que dá mesmo (...). E quando nós não trabalha? Vai pagar a comida dos filhos com o

> quê? Agora o governo vai dá uma ajuda e eu vou falar "não preciso de ajuda do governo"? Que não preciso o quê! Eu quero é mais!
>
> (...)
>
> **Vicente:** Mas é porque que nem eu falei, né, eu acho assim no caso de saúde, no caso da pessoa que já trabalhou todo o tempo e vai recebê um benefício, exige depois o benefício que seria a aposentadoria, né? São situações diferentes.... Agora, no caso da gente, a gente recebe uma ajuda, porque a nossa renda é baixa ou não tem renda. Mas se você tivesse um emprego, se você ganhasse o seu salário por mês, eu acho que você não ia atrás disso, entendeu? (...) Agora, a pessoa quando tá assim... doente... [Região Norte, CRAS Centro Social Padre Anchieta, 24.07.2006, Campinas].

Uma vez explicitada a existência de pontos de vista conflitantes, é importante que o moderador assuma o papel de incentivar um melhor esclarecimento das razões sustentadas pelos participantes em desacordo. Nos grupos, a tendência é prevalecer um acordo tácito de que, se "cada um tem a sua opinião", não é necessário implicar-se no conflito, nem alimentá-lo. O silêncio parece ser uma tática adotada para não ferir o contrato de solidariedade e apoio mútuo entre aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica. De modo a encorajar os participantes a esclarecer seus pontos de vista, a moderadora solicita a todos a expressão de um posicionamento. A partir dessa estratégia pode-se ver como a participante Sofia inicia uma tentativa de responder aos argumentos de Isabel e Vicente. Esse casal começa sua fala recuperando o tópico da humilhação e da vergonha que acompanha o ato de "correr atrás" do benefício do programa. Uma tensão se instaura no grupo, seguida de um breve silêncio, durante o qual foi possível notar manifestações gestuais de discordância.

Em momentos sensíveis como este, nos quais a tensão que mantém implícitas certas clivagens de opinião está prestes a ser rompida, é possível pensar em uma espiral do silêncio acionada por diferentes motivos. O primeiro deles está ligado ao próprio tema em discussão. De forma geral, a política é entendida como questão polêmica, e falar sobre ela não é algo que se configura como um tema de livre acesso ou que deixe as pessoas à vontade. Os cidadãos comuns expressam grande incômodo em manifestar-se sobre tópicos

políticos, dizendo "não gostar" do assunto quando, na verdade, não se sentem competentes para emitir uma opinião informada (CALDEIRA, 1984).

Uma segunda fonte de dificuldades é expressa quando o grupo elege porta-vozes percebidos como "mais qualificados". Especificamente neste grupo de Campinas, a presença de Isabel e Vicente gerou grandes dificuldades de expressão entre os demais participantes. Logo no início, o casal relatou sua trajetória de lideranças locais e de engajamento político no Conselho do Orçamento Participativo. Isso fez com que, diversas vezes, as demais participantes hesitassem em emitir suas opiniões, dizendo apenas estarem de acordo com o posicionamento do casal. Nesses casos, uma intervenção mais insistente do moderador é necessária, a fim de que o conflito não seja dissolvido pela competência cognitiva e a dominância seja atenuada. O moderador deve assegurar que as opiniões de todos são importantes e devem ser manifestas e consideradas como quaisquer outras.

Por fim, uma terceira dificuldade liga-se à questão do gênero. No grupo, a presença de Vicente causou um visível constrangimento entre a maioria das participantes, que tiveram dificuldades em expressar pontos de vista para além de frases curtas ou que esboçavam um assentimento a falas anteriores.

Aliada a essa constatação, observamos que a explicitação dos conflitos e a avaliação dos riscos ligados à pobreza são feitas no contexto dos grupos, em grande parte das situações, por meio da narração de experiências biográficas elementares, às quais as participantes reagem questionando ou aceitando sua dimensão exemplar. Sob esse aspecto, o argumento sustentado por Sofia parte de sua própria situação, isto é, uma vez que ela está "velha" e não consegue mais trabalho, ela assume que "tem que" viver da Bolsa Família. Assumir a própria incapacidade é, como vimos, fonte de uma questão sensível, a qual exige maior habilidade e empenho dos sujeitos em avaliar se assumem ou não o risco de prosseguirem a discussão.

Sofia sustenta, contrapondo-se a Isabel e Vicente, que o Bolsa Família não é uma esmola, mas um direito dos pobres. É interessante perceber como as diferentes questões suscitadas na primeira parte da dinâmica dos grupos reaparecem, como nesse caso, na segunda parte, de modo a sustentar pontos de vista mais reflexivos destinados ao esclarecimento recíproco de posicionamentos divergentes. Vicente e Isabel, tomando o cuidado de ressaltar que "cada um tem um ponto de vista", reafirmam que consideram o programa como fonte de

humilhação. Novamente, há uma hesitação no grupo e uma nova intervenção da moderadora faz-se necessária. Sofia prossegue seu argumento, enfatizando a temática dos direitos, mas logo muda sua estratégia para a afirmação do fatalismo que atinge a vida dos pobres. Segundo ela, aquele que não trabalha tem duas opções: ou pega o Bolsa Família ou começa a roubar (e aí é preso ou morto).

Diante dos argumentos de Sofia, Vicente reorganiza sua fala e tenta estabelecer certas nuances entre as necessidades daqueles que ainda são tidos como "capazes" (mas vivem em situação precária) e aqueles vistos como "inaptos" para o trabalho (aposentados, doentes, velhos etc.). A expressão de uma opinião dissonante faz com que esses participantes se esforcem para transformar em demandas críticas de validade aquelas expressões mais intuitivas e, às vezes, até ingênuas, de seus pontos de vista. Consideramos que esse esforço desenvolve e aprimora as capacidades políticas dos participantes, uma vez que tende a mobilizar alguns dos principais requisitos de uma atividade deliberativa, ou seja, a reflexão, a consideração de todos os pontos de vista apresentados, a responsividade, a formulação de argumentos críticos racionais e a busca pela justificação cooperativa e recíproca das demandas de validade formuladas.

Os exemplos destacados nesta seção nos permitem ressaltar a importância da produção coletiva do entendimento e dos argumentos dispostos diante do outro. Assumir o risco do debate, mesmo que o confronto não se desdobre, deve ser visto como um desafio necessário à politização dos pontos de vista. O fato de os participantes se perceberem em uma situação de risco e, mesmo assim, optarem pela verbalização de suas opiniões, acarreta um relevante ganho para o processo de formação de cidadãos politicamente mais capazes para debates mais amplos e, assim, para a conquista de sua autonomia política (COOKE, 1999; MARQUES e MAIA, 2007; KINGFISHER, 1996).

Considerações finais

Como vimos, a participação cívica e, junto a ela, a construção da cidadania, devem ser percebidas, em primeiro lugar, como processos comunicativos e públicos que permitem aos indivíduos oportunidades de formular, de expressar e de defender seus argumentos diante dos outros, a fim de construir sua autonomia e de conquistar o reconhecimento social.

A investigação empírica aqui realizada nos permite constatar que a construção da cidadania e da participação cívica de mulheres pobres é diretamente influenciada pelo grau de acesso a serviços públicos, equipamentos sociais e espaços interativos de uso coletivo. Vimos, ao longo de nossas análises, que espaços como os CRAS e NAFs, apesar de representarem o discurso institucional do governo e de estabelecerem uma série de constrangimentos às conversações informais entre as beneficiárias, impedem que a discussão acerca das ações do programa fique restrita tanto aos espaços privados quanto a arenas formais de decisão política (MARQUES, 2007).

Salientamos que a formulação coerente de necessidades e a sua explicitação pública são componentes essenciais da construção da autonomia. Não se pode negar o fato de que mulheres pobres beneficiadas pelo Bolsa Família, por estarem localizadas nos círculos mais periféricos do sistema político, e por serem frequentemente categorizadas como subcidadãs, se vêm constantemente diante de vários obstáculos para atingir sua emancipação e construir sua autonomia política. Contudo, acreditamos que as experiências dos NAFs e CRAS revelam que projetos e programas brasileiros de combate à pobreza, ainda que de maneira dispersa e localizada, procuram alternativas de desestabilização dos padrões de injustiça que excluem mulheres e pobres das esferas públicas.

Nesse sentido, investimos aqui em uma noção de autonomia que, ao invés de estar fundada na tensão entre Estado e indivíduos pobres, baseia-se na aposta de que o Estado, ao prover espaços de trocas comunicativas, ao estimular o entrecruzamento de diferentes arenas relacionais institucionais (escola, saúde, assistência social etc.), contribui para que mulheres pobres passem a tematizar como problemático e a questionar, conjuntamente, um *status* estigmatizante que lhes é imposto. Esse processo de elaboração conjunta dos significados e pressupostos que antes permaneciam latentes revela o quanto a construção da autonomia individual está ligada às "capacidades dos indivíduos de participarem de um exame crítico de si mesmos e dos outros e de tomar parte em processos argumentativos" (WARREN, 2001, p. 62). Não era objeto de nossa análise demonstrar quais seriam as estratégias participativas de influência dessas mulheres para romper com a autoridade organizacional do Estado, mas evidenciar como esse exercício relacional é imprescindível não só para a construção da autonomia, mas também da cidadania, de identidades individuais e coletivas, assim como para a afirmação de padrões de equidade e de reconhecimento social.

Enquanto várias representações sociais e mediáticas retratam as mulheres pobres assistidas pelo Bolsa Família como mães que encabeçam lares vulneráveis, elas desafiam preconceitos e interpretações administrativas de suas necessidades, constroem seu pertencimento a espaços sociais, fortalecendo redes de cooperação e de desenvolvimento de capacidades argumentativas indispensáveis para sua formação cidadã (WARREN, 2001). Esse desenvolvimento não é imediato, mas faz parte de um conjunto de efeitos democráticos (geração de esferas públicas, formação de cidadãos participativos; transformações institucionais etc.) que permitem que indivíduos em desvantagem desenvolvam e expressem, de modo intersubjetivo e público, as perspectivas e premissas que sustentam suas razões e demandas por direitos, cidadania e justiça social.

Referências

AFONSO, M. L. M. Metodologia de trabalho com famílias e comunidades nos Núcleos de Apoio à Família. *Pensar BH. Políticas Sociais*, v. 13, p. 17-21, 2005.

AVRITZER, L.; COSTA, S. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. In: MAIA, R.; CASTRO, M. C. P. S. (Orgs.) *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 63-90.

BEJARANO, S. R. Programa de garantia de renda mínima: a experiência de Campinas. In: BAVA, S. (Org.) *Programas de renda mínima no Brasil*: impactos e potencialidades. São Paulo: Pólis, 1998. p. 25-48.

BOHMAN, J. Deliberative democracy and effective social freedom: capabilities, resources, and opportunities. In: BOHMAN, J.; REHG, W. (Eds.) *Deliberative democracy*: essays on reason and politics. Cambridge: MIT Press, 1997. p. 321-348.

BURKHALTER, S.; GASTIL, J.; KELSHAW, T. A conceptual definition and theoretical model of public deliberation in small face-to-face groups. *Communication Theory*, v. 12, n. 4, p. 398-422, 2002.

CALDEIRA, T. P. A *política dos outros*: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CEFAI, D. La construction des problèmes publics: définitions de situation dans des arènes publiques. *Réseaux*, n. 75, p. 45-65, 1996.

COHEN, J. Reflections on Habermas on democracy. *Ratio Juris*, v. 12, n. 4, p. 385-416, 1999.

COHEN, J. Deliberation and democratic legitimacy. In: BOHMAN, J.; REHG, W. (Eds.) *Deliberative democracy*: essays on reason and politics. Cambridge: MIT Press, 1997. p. 67-91.

CONOVER, P. J.; SEARING, D. Studying 'Everyday Political Talk' in the deliberative system. *Acta Politica*, v. 40, n. 3, p. 269-283, 2005.

COOKE, M. A space of one's own: autonomy, privacy, liberty. *Philosophy & Social Criticism*, v. 25, n. 1, p. 23-53, 1999.

DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Política & Sociedade*, v. 1, n. 5, p. 137-161, 2004.

DAHLGREN, P. Reconfigurer la culture civique dans un milieu médiatique en évolution. *Questions de Communication*, n. 3, p. 151-168, 2003.

DUAILIBI, J.; SCOLESE, E. Petista relativisa dados do IBGE sobre a fome. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, A4, 21.12.2004.

DUCHESNE, S.; HAEGEL, F. La polititisation des discussions, au croisement des logiques de specialisation et de conflictualisation. *Revue Française de Science Politique*, v. 54, n. 6, p. 877-909, 2004.

ELIASOPH, N. Is conversation the soul of democracy? America's child-centered civic life, a civic culture that defies all theories of civil society. Paper presented at American Political Development Workshop, University of Wisconsin, 2000. Disponível em:

http://www.polisci.wisc.edu/~coleman/apd/eliasoph.pdf. Acesso em: 28.07.2006.

FRASER, N. *Unruly practices*: power, discourse, and gender in contemporary social theory. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989.

GAMSON, W. *Talking politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

GASTIL, J. *Political communication and deliberation*. London: Sage, 2008.

GOIS, A. Pobres se distanciam de ricos e dependem mais do governo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, A4, 25.12.2005.

HABERMAS, J. *Direito e democracia*: entre facticidade e validade. V. 2. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, J. *The theory of communicative action*. V. 2. Lifeworld and system: a critique of functionalism reason. Boston: Beacon Press, 1987.

HANSEN, A. *et al.* Media audiences: focus group interviewing. In: HANSEN, A.; COTTLE, S.; NEGRINE, R.; NEWBOLD, C. (Eds.) *Mass communication research methods*. New York: New York University Press, 1998. p. 257-287.

HERBST, S. Public expression outside the mainstream. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 546, n. 8, p. 120-131, 1996.

HIRATA, R. M. Renda mínima em São Paulo: em que a experiência paulistana (2001-2004) pode ajudar na reflexão sobre os programas de transferência monetária brasileiros? 2006. Dissertação de Mestrado, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

HONNETH, A. Recognition or redistribution? Changing perspectives on the moral order of society. *Theory, Culture & Society*, v. 18, n. 2-3, p. 43-55, 2001.

KIM, J.; KIM, E. J. Theorizing dialogic deliberation: everyday political talk as communicative action and dialogue. *Communication Theory*, v. 18, n. 1, p. 51-70, 2008.

KIND, L. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. *Psicologia em Revista*, v. 10, n. 15, p. 124-136, 2004.

KINGFISHER, C. P. Women on welfare: conversational sites of acquiescence and dissent. *Discourse & Society*, v. 7, n. 4, p. 531-557, 1996.

KITZINGER, J. The methodology of focus groups: the importance of interaction between research participants. *Sociology of Health and Illness*, v. 16, n. 1, p. 103-121, 1994.

KUNDID, L. Le programme Bolsa Escola à Belo Horizonte. *Socio-Anthropologie*, n. 16, 2006. Disponível em: http://socio-anthropologie.revues.org/index=437.html. Acesso em: 12.07.2007.

LETELIER, L. Notas metodológicas: entre os grupos de conversação (group discussion) e as intervenções focalizadas (focus groups). *Política e Trabalho*, n. 12, p. 164-174, 1996.

LÜCHMANN, L. H. H. Democracia deliberativa, pobreza e participação política. *Política & Sociedade*, v. 6, p. 183-197, 2007.

LUNT, P.; LIVINGSTONE, S. Rethinking the focus groups in media and communication research. *Journal of Communication*, v. 46, n. 2, p. 79-98, 1996.

MADRIZ, E. Focus groups in feminist research. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. (Eds.) *Handbook of qualitative research*. Second Edition. London: Sage, 2000. p. 835-850.

MANSBRIDGE, J. Everyday talk in deliberative system. In: MACEDO, S. (Ed.) *Deliberative politics*: essays on democracy and disagreement. Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 211-239.

MARQUES, A.; MAIA, R. Dimensões da autonomia no combate à pobreza: o programa Bolsa Família sob a perspectiva das beneficiárias. *Serviço Social e Sociedade*, v. 92, p. 58-85, 2007.

MARQUES, A.; MAIA, R. A conversação sobre temas políticos em contextos comunicativos do cotidiano. *Politica & Sociedade*, v. 7, n. 12, p. 143-175, 2008.

MARQUES, A.; ROCHA, S. A produção de sentido nos contextos de recepção: em foco o grupo focal. *Fronteiras*, v. 8, n. 1, p. 38-53, 2006.

MARQUES, A.; ROCHA, S. A política a partir das margens: a produção discursiva sobre o Bolsa Família em grupos de discussão. *Famecos*, v. 32, p. 105-117, 2007.

MARQUES, R. M. A importância do Bolsa Família nos municípios brasileiros. *Cadernos de estudos*: desenvolvimento social em debate. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, n. 1, 2005.

MATTOS, P. A mulher moderna numa sociedade desigual. In: SOUZA, J. (Org.) *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 153-196.

MORGAN, D. Focus Groups. *Annual Review of Sociology*, v. 22, n. 1, p. 129-152, 1996.

NAHAS, J. Bolsa Família, um foco para as políticas sociais. *Pensar BH. Política Social*, n. 15, p. 12-13, 2006.

OLSON, K. Democratic inequalities: the problem of equal citizenship in Habermas's democratic theory. *Constellations*, v. 5, n. 2, p. 215-233, 1998.

SALGADO, E. Como está, não pode ficar. *Veja*, p. 11-15, 05.11.2003.

SCHEIN, V. E. *Working from the margins*: voices of mothers in poverty. London: Cornell University Press, 1995.

SCHERER-WARREN, I. A problemática da pobreza na construção de um movimento cidadão. *Política & Sociedade*, v. 1, n. 3, p. 71-93, 2003.

SCHEUFELE, D. Talk or conversation? Dimensions of interpersonal discussion and their implications for participatory democracy. *Journalism and Mass Communication Quarterly*, v. 77, n. 4, p. 727-744, 2000.

SCHUDSON, M. Why conversation is not the soul of democracy. *Critical Studies in Mass Communication*, v. 14, n. 4, p. 297-309, 1997.

SILVA, M. O. S.; YAZBEK, M. C.; GIOVANNI, G. *A política social brasileira no século XXI*: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA, J. (Org.) *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

TELLES, V. S. *Direitos Sociais*: afinal do que se trata? Belo Horizonte: UFMG, 1999.

WARREN, M. *Democracy and association.* Princeton, NJ: Princeton University Press, 2001.

WARREN, M. What can democratic participation mean today? *Political Theory*, v. 30, n. 5, p. 677-701, 2002.

WEST, M.; GASTIL, J. Deliberation at the margins: participant accounts of face-to-face public deliberation at the 1999-2000 world trade protests in Seattle and Prague. *Qualitative Research Reports in Communication*, v. 5, n. 1, p. 1-7, 2004.

Artigo recebido em 11/09/2009. Aprovado em 24/10/2009.